

Venezuela em transe



Falta de consenso impede declaração conjunta do bloco latino-americano condenando os EUA pela captura do presidente venezuelano. Hoje, Brasil deve defender a posição em sessão extraordinária do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Impasse na Celac, debate na ONU

» SILVIO QUEIROZ
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Terminou, ontem, sem consenso a reunião de emergência convocada pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) para discutir a crise desfogada na Venezuela pela incursão dos Estados Unidos, com a captura do presidente Nicolás Maduro. A ação foi condenada em nota assinada anteriormente por cinco membros do bloco — Brasil, México, Chile, Colômbia e Uruguai — e pela Espanha, mas a objeção de outros governos impediu a divulgação de um comunicado conjunto. A ofensiva de Donald Trump contra o gigante petroleiro sul-americano volta a debater hoje, no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), em sessão na qual o embaixador brasileiro deverá fazer uso da palavra, embora não ocupe uma cadeira no organismo. China e Rússia, membros permanentes, pronunciaram-se exigindo a libertação imediata de Maduro, mas os EUA detêm o poder de veto sobre qualquer resolução, ainda que aprovada pela maioria dos 15 titulares.

A reunião da Celac foi realizada por teleconferência, com a participação do chanceler Mauro Vieira. Durante os debates, o chanceler da Venezuela, Yván Gil, frisou que, mesmo estando preso em Nova York, Maduro não perdeu a posição de chefe de Estado. "Só existe um presidente constitucional: Nicolás Maduro Moros, que, embora se encontre sequestrado, segue sendo no exercício do seu mandato", afirmou.

Em nota conjunta, os seis países afirmam que as ações militares dos EUA contrariam princípios fundamentais do direito internacional e os termos da Carta das Nações Unidas. A nota ressalta que o uso ou a ameaça do uso da força, assim como a violação da soberania e da integridade territorial de um Estado, representam um precedente considerado perigoso, com potencial de afetar a segurança regional e expor a população civil a novos riscos.

Segundo o documento, "apenas um processo político inclusivo, liderado pelos próprios venezuelanos, pode conduzir a uma solução democrática e sustentável", alinhada ao respeito à dignidade humana. Os signatários fazem um chamado à ONU e a outros mecanismos multilaterais para

JUAN BARRETO / AFP



Milicianos chavistas desfilam armados pelas ruas de Caracas: comunidade internacional pede distensão

China pede libertação "imediata" de Maduro

China e Rússia, aliados e parceiros comerciais e militares da Venezuela, exigiram ontem dos Estados Unidos a libertação "imediata" do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama, Cilia Flores, capturados no sábado por um comando de elite norte-americano, em Caracas. Em comunicado divulgado pela chancelaria, o governo de Pequim denuncia "violações claras" do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, e manifesta "profunda preocupação" com "a prisão e



A grande incógnita é qual vai ser o próximo governo que enfrentará o Corolário Trump

Gunther Rudzit, professor da ESPM

que atuem de forma ativa por uma distensão. A expectativa é de que os organismos utilizem seus instrumentos diplomáticos para preservar a paz regional e evitar o agravamento do conflito.

Na mira

O cientista político Gunther Rudzit, professor da ESPM, vê no episódio venezuelano um sinal de alerta para outros governos latino-americanos alinhados com a China e a Rússia, "candidatos" a se tornarem da Doutrina de Segurança Nacional recém-anunciada por Trump, que reafirma a hegemonia dos EUA no espaço interamericano. "Nessa lista, eu coloco Cuba e Nicarágua", disse o estudioso, em entrevista ao *Correio*. Ambos os países foram citados, desde sábado, pelo presidente e pelo secretário de Estado, Marco Rubio. "Se eu morasse em Havana, estaria preocupado", ameaçou Rubio. "A grande incógnita é qual vai ser o próximo governo que enfrentará o Corolário Trump", analisa Rudzit. "Porque essa ação na Venezuela é a explicitação de que a estratégia publicada no começo de dezembro vai ser efetivada."

É também nesse contexto que pode ser entendido o fracasso da diplomacia brasileira em conseguir uma declaração comum da Celac condenando a incursão militar norte-americana na Venezuela. "A liderança brasileira na região vem sendo questionada há muitos anos, e isso ficou explícito já no início do novo governo Lula, quando houve aqui uma reunião dos presidentes sul-americanos, e nenhum apoiou a proposta de reintegrar Maduro ao bloco", lembra o professor da ESPM. "Agora, com a ascensão de governos de direita, pró-Trump, a ideia de uma



Nicolás Maduro é levado algemado e sob escolta à sede da DEA, agência antidrogas dos EUA: captura divide opiniões

América Latina e até de uma América do Sul unida parece enterrada."

Eleições

Gunther Rudzit vê também a possibilidade de a ofensiva de Trump sobre a "área de influência" se projetar nas cruciais eleições marcadas para este ano em alguns países-chaves.

Em maio, será a vez da Colômbia, onde o esquerda Gustavo Petro tem a difícil missão de fazer o sucessor, a despeito do favoritismo da direita. Em outubro, o Brasil vai às urnas e a esquerda aposta as fichas na reeleição de Lula. "Com certeza, em relação à Colômbia, haverá todo o apoio do governo Trump a um candidato da direita", arrisca. "No Brasil, podemos esperar um apoio do governo americano,

fundamentalmente, se o senador Flávio Bolsonaro vier a ser candidato", completa, embora não descarte a ideia de que, reeleito, o presidente brasileiro possa reatar as boas relações com o colega. "O grande ponto, aqui, é qual o grau de aproximação que o futuro governo brasileiro vai ter com a China", conclui.

Colaborou Danandra Rocha

Federico Parra/AFP



Apartamento danificado pelos bombardeios no estado de La Guaira: países vizinhos temem escalada

deportação forçadas" do casal. O texto cobra de Washington que "garanta a segurança pessoal do presidente e de sua mulher e cesse seus esforços para subverter o regime" de Caracas.

A declaração chinesa se segue a um forte comunicado assinado pelo chanceler da Rússia, Sergei Lavrov, que pediu "firmemente" aos EUA a pronta libertação de Maduro e da primeira-dama. "Insistimos veementemente a liderança americana a reconsiderar sua posição e libertar

o presidente legalmente eleito de um país soberano", repisa o texto.

Com a exceção solitária da Hungria, os demais 26 países-membros da União Europeia (UE) assinaram ontem uma declaração conjunta defendendo uma transição pacífica para a democracia, liderada pelos venezuelanos. "Respeitar a vontade do povo continua a ser a única forma de a Venezuela restaurar a democracia e resolver a crise atual", acrescenta o comunicado. A UE observa, no

entanto, que Maduro "não tem a legitimidade de um presidente democraticamente eleito".

O bloco pede "calma e moderação de todas as partes" e reforça que os princípios do direito internacional e da Carta da ONU devem ser respeitados. "Mantemos contato próximo com os Estados Unidos, assim como com parceiros regionais e internacionais, para apoiar e facilitar o diálogo com todas as partes envolvidas", diz a declaração.

Vaticano

O papa Leão XIV manifestou preocupação com a situação vivida pelos cidadãos da Venezuela e pediu garantias "à soberania" do país, após a captura do presidente Nicolás Maduro por forças especiais dos Estados Unidos. "O bem-estar do querido povo venezuelano deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, e levar à superação da violência e ao empreendimento de caminhos de justiça e paz, garantindo a soberania do país", afirmou o pontífice, que é norte-americano, após proferir a oração do *Angelus*, na Praça de São Pedro, no Vaticano.